

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.818 - MG  
(2019/0284978-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : JONATAN DIONISIO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**JONATAN DIONÍSIO DOS SANTOS** agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no Recurso em Sentido Estrito n. 1.0479.10.004875-6/001.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso no crime do art. 157, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (fls. 1-2).

Em primeira instância, o acusado teve extinta a punibilidade, com fundamento no art. 107, IV, do Código Penal (fls. 1.015-1.023).

Ao julgar a apelação da acusação, a Corte local deu provimento ao recurso, para afastar a nulidade da citação editalícia, cassar a extinção de punibilidade pela prescrição e determinar o prosseguimento do feito (fls. 120-127).

Nas razões do recurso especial, a defesa sustentou violação dos arts. 366 do Código de Processo Penal e 256, § 3º, do Código de Processo Civil (fls. 130-136).

Alegou, em síntese, **a nulidade de citação, pois não esgotados os meios para encontrar o réu**. Dessa forma, **pretendeu o restabelecimento da decisão de primeiro grau, para a consequente absolvição do acusado, pela extinção da punibilidade decorrente da prescrição da pretensão punitiva**.

O recurso especial foi inadmitido no juízo prévio de

admissibilidade realizado pelo Tribunal local (fls. 144-146), o que ensejou a interposição deste agravo (fls. 149-153).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (fls. 200-205).

**Decido.**

O agravo é tempestivo e infirmou as razões expostas na decisão agravada.

**I. Nulidade da revelia e da suspensão da prescrição**

A teor do art. 361 do CPP, uma vez não encontrado o réu, será determinada a citação por edital, meio excepcional de chamamento do processo que somente pode ocorrer se realizadas diligências disponíveis para a localização do acusado, o que ocorreu na hipótese.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme em admitir a suspensão do prazo prescricional nos autos em que o acusado, citado por edital, não comparece e não nomeia advogado para representá-lo em juízo.

Nesse sentido:

[...]

1. Sendo o acusado citado por edital, não tendo comparecido nem nomeado advogado para representá-lo em juízo, o processo e o curso do prazo prescricional restam suspensos, nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal.

2. Hipótese em que não há que se falar em ocorrência da prescrição entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória, porquanto transcorreu lapso temporal de aproximadamente 6 meses, em virtude do prazo prescricional ter permanecido suspenso.

3. Agravo regimental desprovido.

**(AgRg no AREsp n. 466.438/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, 5ª T., DJe 4/8/2015)**

[...]

2. Tendo o curso do processo e do prazo prescricional sido suspensos por quase nove anos, nos termos do art. 366 do CPP, é incabível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, pois, mesmo levando-se em consideração o prazo prescricional reduzido pela metade, em razão da menoridade do paciente à época dos fatos (art.

115 do CP), não se verifica tenha transcorrido prazo superior a 10 anos entre qualquer um dos marcos interruptivos.

3. A incidência da atenuante do art. 65, III, "a" do CP, não foi objeto de debate por parte do Tribunal local, não podendo ser apreciada diretamente nesta Corte, sob pena de supressão de instância.

4. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 210.231/GO, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 5ª T., DJe 06/11/2015)

Na hipótese, o Juiz de primeira instância, ao declarar a extinção da punibilidade do agravante, assim se pronunciou (fl. 75-76, grifei):

[...]

Inicialmente, cumpre expor que, **embora o acusado tenha sido citado por edital e não tenha apresentado resposta à acusação e nem constituído advogado, não houve suspensão do processo e da prescrição, porquanto não há decisão neste sentido.**

**Com efeito, o processo e a prescrição para serem suspensos demandam a prévia manifestação judicial para a verificação de sua ocorrência e regularidade,** bem conto para o estabelecimento de seu marco inicial, sob pena de se reconhecer a possibilidade de imprescritibilidade.

[...]

Em tal contexto, não havendo suspensão do processo e da prescrição, notadamente diante da ausência de decisão judicial a respeito, tem-se que transcorreu o prazo prescricional do delito imputado ao acusado.

Nesta medida, constata-se que o crime previsto no artigo 157. c/c artigo 14. II, ambos do CP, conta com pena máxima de 06 anos e 08 meses de reclusão, de modo que incide o prazo prescricional de 12 anos, nos moldes do artigo 109, III, do Código Penal.

A Corte estadual, ao cassar a decisão de primeiro grau e determinar o prosseguimento da ação penal, assentou (fls. 124-126, destaquei):

[...]

O acusado não foi encontrado para ser pessoalmente citado, pelo que o juiz determinou, em 2710112011, sua citação por edital nos termos da decisão de f. 23" (fl. 39).

Consta na referida decisão de fl. 23:

**(...) Não sendo encontrado o(a) acusado(a), proceda-se a citação por edital. Efetuada a citação por edital, o prazo para a apresentação da defesa preliminar começará a fluir do comparecimento pessoal do(a) acusado(a) ou do defensor constituído, devendo, enquanto não foi encontrado o (a) acusado(a), permanecer suspenso o feito e o prazo prescricional, nos termos do artigo 366, do Código de Processo Penal, dando-se vista ao Ministério Público. (...) (grifei).**

**Com o devido respeito à defesa, não há que se reconhecer a nulidade da citação editalícia do acusado ao argumento de que não foram esgotados todos os meios de sua localização.**

**Isso porque foram empreendidas várias tentativas de localização do acusado, que não foi encontrado para ser pessoalmente citado em endereços diversos, em Passos, MG, e em São Paulo, SP, conforme as certidões de fls. 24 v e 30.**

**Foram enviados ofícios à Prefeitura de São Paulo, que não localizou o endereço do acusado (fls. 31132 e 33137).**

**Em todas as tentativas, o acusado não foi localizado.**

**Diante disso, ele foi citado por edital, nos termos do artigo 361 do Código de Processo Penal, o que foi escorreito, sobretudo porque as certidões dos oficiais de justiça, segundo as quais o acusado não foi encontrado nos locais porque não mais ali reside, são suficientes para considerar que ele está em local incerto e não sabido, de modo a autorizar a citação editalícia.**

**E uma vez que, procedida à citação por edital, o acusado não comparece a juízo nem constitui advogado, a suspensão do processo e do prazo prescricional é medida que se impõe, nos termos do que dispõe o artigo 366 do Código de Processo Penal, providencia que, com o devido respeito ao juiz, foi expressamente determinada na decisão de fls. 39 que fez referência àquela de fl. 23.**

**Assim, não há que se falar em nulidade da citação editalícia do recorrido nem em desconsideração da suspensão do processo e do prazo prescricional.**

**Logo, não ocorreu a prescrição punitiva estatal, pois não se passaram mais de doze anos (artigo 109, III, do Código Penal, tendo em vista a pena máxima cominada ao delito de roubo com a menor redução pela tentativa - 06 anos e 08 meses) entre os marcos interruptivos do**

**artigo 117 do mesmo Código, ainda que considerado o lapso entre o recebimento da denúncia (28/05/2010 - fl. 23) e a data em que foi determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional (28/01/2011 –fl. 39).**

Pela leitura dos trechos em destaque, verifica-se que, ao contrário do afirmado pela defesa, **foram realizadas diversas diligências para realização da citação pessoal do acusado. Ademais, foi proferida decisão em que se determinou a citação editalícia e decretou a suspensão do processo e do prazo prescricional.**

Dessarte, **não constato a ocorrência da aventada ilegalidade.**

Ainda que assim não fosse, entendo que a pretensão da defesa, nesse ponto, **também esbarra na Súmula n. 7 do STJ**, porquanto entender que esforços envidados para a citação pessoal do acusado não foram suficientes demandaria reexame aprofundado dos fatos e das provas dos autos, medida inviável em recurso especial.

## **II. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**